



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

CONSELHO DE GOVERNANÇA e R.A.E Extrato da Ata da 2º reunião – 2024

1) IDENTIFICAÇÃO:

Data/Hora/Local da Reunião:

17/10 – 17:30hs – Presencial e Videoconferência

Participantes (Membros):

- Presidente - Des. Sigurd Roberto Bengtsson
- Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral - Des. Luiz Osório Moraes Panza
- Diretora-Geral: Solange Maria Vieira
- Diretora do Fórum de Curitiba: Dra. Carla Melissa Martins Tria
- Diretor Executivo da Escola Judiciária Eleitoral do Paraná: Dr. Anderson Ricardo Fogaça
- Juiz Ouvidor Eleitoral: Dr. Guilherme Frederico Hernandes Denz
- Juíza Ouvidora da Mulher – Desembargadora Claudia Cristina Cristofani, representado por Mariana Pirih Cordeiro
- Juiz de Cooperação de 2º Grau - Dr. Marcel Guimarães Rotoli de Macedo (ausência justificada)
- SECCRE - Silvia Albuquerque Medici Metri
- SECAD - Iuri Camargo Kisovec
- SECGP - Gabrielle Ana Selig Shiohara
- SECPLEI – Valcir Mombach
- SECOFC – Helton José Sanches
- SECTI – Gilmar José Fernandes de Deus
- SECJUD - Danielle Cidade Morgado Maemura
- SECAUDI - Hillene de Cassia Sbalqueiro Silva Meira
- SECOM – Willian Gallera Garcia
- ASSP - Diogo Sguissardi Margarida
- ASJUR - Daniele Cristine Forneck Franzini
- ASSPRES - Rachel Diogenes Ramina Rezler

Presentes também:

- GABPRES - Marluze Mathias Janke Toigo
- CPEG - Patricia Fretta Nogueira de Lima Cabral
- COEJE - Domício Prates Ribeiro Filho
- GABDG - Luciane Yoshiyasu Miyoshi
- CPC - Rachel Ivania Tasca e Lazzari
- CIP - Guilherme Babora do Carvalho
- NEST - Ivete de Oliveira Rosa
- SPE - Heloísa Helena de Oliveira Coelho
- NLGPD - Fabio Henrique da Silva Skonieczny e Ana Paula Moura Crevelaro
- SESUST - Lilian Toczek



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

- SAGI - Luciana Campanholi e Kelly Padilha Lopes, responsável por secretariar os trabalhos.

Informes Conselho de Governança:

1. Informar a respeito da criação, no PJE, de ente despersonalizado.
2. Informar ações que possam ser implantadas, para melhoria do Indicador de Sustentabilidade.
3. Informar a fase atual da renovação do contrato com o Google.
4. Informes da EJE.
5. Agenda 2030.

Pauta Conselho de Governança:

1. Item 3131 IESGO.
2. IESGO - Resultado (PAD 4432/2024).
3. Prêmio CNJ de Qualidade 2024 - Resultado
4. Prêmio CNJ de Qualidade 2025
5. Apresentação dos 10 Mandamentos de Ética e Integridade (Plano de Integridade)

Pauta R.A.E.:

1. Indicadores Estratégicos 2021-2026
2. Metas Nacionais 2024
3. Plano de Gestão 2024/2025
4. Dados da Eleição 2024

2) DEBATE:

1. Informado o encaminhamento de ofício ao TSE a respeito da criação de ente despersonalizado no PJE.
2. Noticiado a respeito do requisito do Prêmio CNJ de Qualidade, inerente à redução da taxa de congestionamento líquida.
3. Comunicado o envio de Ofício-Circular aos Juízos Eleitorais, para que fosse verificada a correta classificação das partes do processo (polos ativo e passivo), com o uso do BI.
4. Relatado a respeito das ações que podem ser implantadas, para melhoria do Indicador de Sustentabilidade.
5. Destacada a ação que o Tribunal realizou em prol da sustentabilidade, quando da instalação da usina fotovoltaica.
6. Mencionados alguns indicadores do PLS em que o Tribunal atingirá a meta e outros que precisam de aprimoramento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

7. Solicitada a verificação da viabilidade de implantação de sistema de desligamento automático de todas as luzes do Tribunal às 19h/19h30, visando economia no consumo de energia.
8. Definido que, em 30 dias, deve ser apresentado estudo e campanhas visando a redução do consumo de energia elétrica: a) possibilidade de desligar as luzes de todo o Tribunal, às 19h00/20h; b) desligar os computadores e máquinas de impressão; c) consumo do ar condicionado.
9. Noticiado que está sendo revista a questão do reaproveitamento da água para limpeza, a fim de gerar economia.
10. Sugerida a realização de estudo sobre a viabilidade de implantar no Tribunal: a) um poço artesiano; b) um sistema de captação de água da chuva.
11. Apresentadas as principais ações da COEJE até o momento, bem como as metas para 2025.
12. Enfatizada a solicitação da atual gestão para o fortalecimento da Agenda 2030, bem como mencionados os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, nos quais o Tribunal já está atuando.
13. Noticiado que o TRE-PR ficou em 2º lugar na segmento da Justiça Eleitoral e em 5º lugar entre os órgãos do Poder Judiciário no iESGo 2024 (Índice de avaliação de governança organizacional do Tribunal de Contas da União - TCU).
14. Definido os riscos que serão encaminhados para compor o Plano de Auditoria Interna 2025: : a) Urnas Eletrônicas para as Eleições 2026; b) Licitações; c) Manutenção dos Fóruns Eleitorais.
15. Deliberado pela retomada da Comissão de Urnas, a partir de novembro, para estudos e implementação de Plano de Ação frente às Urnas Eletrônicas para as Eleições 2026.
16. Destacado que o TSE recomendou que as auditorias sobre Segurança Cibernética sejam realizadas apenas de forma integrada por toda a Justiça Eleitoral e não de forma isolada pelos TREs. Comentado que no ano passado foi feita auditoria com relação à manutenção dos fóruns, que serviu de subsídio para atuação da SECAD em 2024.
17. Apresentado o Resultado Preliminar do Prêmio CNJ de Qualidade de 2024, em que o TRE-PR atingiu 84,87% dos pontos, tendo obtido êxito em 1105, dentre os 1302 pontos em disputa. Com relação aos 197 não atingidos, cabe recurso para 150 pontos. Até o momento o TRE-PR ficou em 3º lugar, dentre os Tribunais Eleitorais de grande porte.
18. Ressaltada a questão da pontuação frente à Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, Resolução CNJ n. 255/2018.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

19. Explanado a respeito da minuta do do regulamento do Prêmio CNJ de Qualidade 2025, ainda sujeita à impugnação, que é constituído por 1362 pontos referente à Justiça Eleitoral, sendo a) Governança: 415 pontos; b) Dados e tecnologia: 517 pontos; c) Produtividade: 270 pontos; d) Transparência – 160 pontos.
20. Apresentados os 10 Mandamentos da Integridade, que serão revisados pelas unidades do Tribunal.

Neste momento passou-se a tratar da 1ª Reunião de Análise Estratégica – RAE 2024, com a exposição dos seguintes temas:

21. Divulgados os dados quanto ao cumprimento das Metas Nacionais 2024.
22. Determinado que a existência de ferramenta para acompanhamento da Produtividade, seja tema de estudo a ser realizado pela Auditoria.
23. Apresentado o levantamento dos Indicadores-Estratégicos 2021-2026, apurados até 30/09/2024, bem como, informado que será aberto PAD em trâmite colaborativo para que as áreas, que tiverem interesse, possam alterar as metas ou a forma de mensuração de seus indicadores estratégicos.
24. Atualizados os resultados e detalhadas as atividades referentes ao Plano de Gestão 2024-2025.
25. Noticiadas as ações desenvolvidas frente ao Projeto Eleições 2024.

3) **DELIBERAÇÕES:**

Assuntos

1. Revisar a redação dos 10 Mandamentos da Integridade.
2. Oficiar as Zonas Eleitorais e os Gabinetes dos Juízes para fins de cumprimento das Metas Nacionais do CNJ 2024.
3. Encaminhar PAD à SECAUDI, com a deliberação dos temas sugeridos para compor o Plano de Auditoria Interna 2025: a) Urnas Eletrônicas para as Eleições 2026; b) Licitações; c) Manutenção dos Fóruns Eleitorais; d) Ferramenta para acompanhamento da produtividade.
4. Monitorar os riscos da Prestação de Contas.
5. Apresentar estudo visando a redução do consumo de energia elétrica: a) possibilidade de desligar as luzes de todo o Tribunal, às 19h00/19h30; b) possibilidade de definir horário para que os computadores e máquinas de impressão sejam desligados; c) consumo do ar condicionado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

- | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 6. Elaborar estudo sobre a possibilidade de implantar no Tribunal: a) poço artesiano; b) captação da água da chuva. |
| 7. Elaborar campanhas com o objetivo de incentivar a redução do consumo de energia e conscientizar sobre o uso do ar condicionado. |
| 8. Definir a composição da nova Comissão de Urnas. |
| 9. Elaborar Plano de Ação com relação às Urnas Eletrônicas para as Eleições de 2026. |
| 10. Verificar as informações encaminhadas ao CNJ, quanto ao consumo de energia e a economia que advém da usina fotovoltaica. |
| 11. Responder ao PAD, aberto em trâmite colaborativo, com a informação se a área possui interesse em alterar as metas, ou forma de mensuração dos seus indicadores estratégicos. |
| 12. Definir estratégias para que o Tribunal possa fortalecer a aderência à Agenda 2030. |

4) ENCERRAMENTO:

Concluídos os trabalhos, eu, Luciana Campanholi, servidora da Seção de Apoio à Governança Institucional, lavrei o presente extrato da data que, conforme deliberado, será publicada na página da *Internet* deste Tribunal.